

Estúdio-Floresta como estratégia educ comunicativa de denúncia e anúncio popular na Amazônia rondoniense

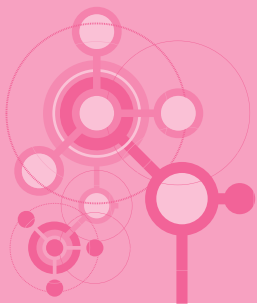
Estúdio-Floresta as an Educommunicative Strategy for Popular Denunciation and Announcement in the Rondônia Amazon

Estúdio-Floresta como estrategia educ comunicativa de denuncia y anuncio popular en la Amazonía rondoniense



Evelyn Morales

- Jornalista
- Professora adjunta do curso de Jornalismo e do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal de Rondônia (Unir), *campus* José Ribeiro Filho
- E-mail: evelyn.morales@unir.br
- ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-4315-6465>



RESUMO

Relatamos, neste trabalho, as relações e expressões da atividade Estúdio-Floresta, realizada no projeto Jornada Regional de Educomunicação, entre os meses de maio de 2024 e janeiro de 2025, em regiões de conflitos socioambientais de Rondônia. A experiência, mediada pelo Grupo de Pesquisa e Extensão Rádio Educação Cidadania da Universidade Federal de Rondônia, teve como resultado a produção coletiva de nove podcasts sonoros, com anúncios e denúncias feitos por quem vivencia as realidades da luta pela terra, pela água e pelas florestas em pé.

PALAVRAS-CHAVE: AMAZÔNIA • RONDÔNIA • COMUNIDADES • POVOS • PODCAST.

ABSTRACT

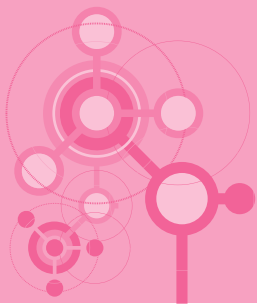
This paper reports on the relationships and expressions of the Estúdio-Floresta (Forest-Studio) activity, carried out within the “Jornada Regional de Educomunicação” (Regional Journey of Educommunication) project, between May 2024 and January 2025, in regions of socio-environmental conflict in Rondônia. The experience, mediated by the Radio, Education, and Citizenship Research and Extension Group of the Federal University of Rondônia, resulted in the collective production of nine audio podcasts with announcements and denunciations by those who live the realities of the struggle for land, water, and standing forests.

KEYWORDS: AMAZON • RONDÔNIA • COMMUNITIES • PEOPLE • PODCAST.

RESUMEN

Este trabajo relata las relaciones y expresiones de la actividad Estúdio-Floresta, realizada en el marco del proyecto “Jornada Regional de Educomunicação”, entre los meses de mayo de 2024 y enero de 2025, en regiones de conflictos socioambientales de Rondônia. La experiencia, mediada por el Grupo de Investigación y Extensión Radio Educación Ciudadanía, de la Universidade Federal de Rondônia, tuvo como resultado la producción colectiva de nueve pódcast sonoros con anuncios y denuncias por parte de quienes vivencian las realidades de la lucha por la tierra, el agua y los bosques en pie.

PALABRAS CLAVE: AMAZONÍA • RONDÔNIA • COMUNIDADES • GENTE • PÓDCAST.



INTRODUÇÃO

Relatamos, neste trabalho, a atividade denominada Estúdio-Floresta, presente no percurso do projeto *Jornada Regional de Educomunicação: somos as vozes da terra, água e florestas*, organizado pelo Coletivo de Jovens dos Povos e Comunidades Tradicionais de Rondônia, com apoio da Comissão Pastoral da Terra Regional Rondônia e do Grupo de Pesquisa e Extensão Rádio Educação Cidadania (REC), vinculado à Universidade Federal de Rondônia (Unir). Nosso objetivo é demonstrar como foi desenvolvida a ação, com abordagem educ comunicativa, na perspectiva da comunicação dialógica e do modo de relações e expressões dos sujeitos participantes.

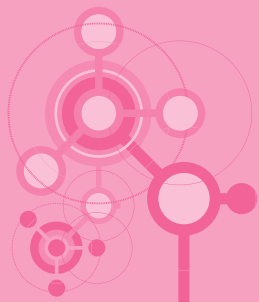
A ação foi realizada entre os meses de maio de 2024 e janeiro de 2025, em três territórios (Figura 1): Reserva Extrativista Castanheira e Piquiá, em Machadinho do Oeste; Reserva Extrativista do Rio Ouro Preto, em Guajará-Mirim; e Aldeia Aperoí, do povo indígena Puruborá, em Seringueiras — regiões marcadas por conflitos socioambientais em Rondônia, entre eles desmatamento e queimadas, extração ilegal de madeira e contaminação da natureza pela deriva de agrotóxicos resultantes da expansão da monocultura da soja no estado (Silva, 2015).

Figura 1: Localização dos territórios no estado de Rondônia



Fonte: Guia Geográfico (2025).

Na Jornada, financiada pelo Fundo Casa Socioambiental, participaram cerca de 60 jovens de diferentes idades, em sua maioria entre 16 e 22 anos, residentes nas Reservas Extrativistas Rio Ouro Preto, Castanheira, Piquiá e Rio Cantuário; comunidades ribeirinhas do Baixo Madeira; quilombolas do Forte Príncipe da Beira, Santo Antônio, Pedras Negras, Santa Fé de Jesus; dos povos indígenas Kujubim, Guaraswue, Mura, Puruborá e Migueleno; viventes de povos de terreiros, de territórios da agricultura familiar e também residentes da zona urbana de Porto Velho, capital de Rondônia. O objetivo da Jornada foi articular a reivindicação coletiva de políticas públicas e denunciar violações de direitos humanos, defender a demarcação dos territórios indígenas, a titulação dos territórios quilombolas e a preservação dos modos de vida e práticas culturais tradicionais, estimulando o protagonismo das juventudes na produção de conteúdo informativo com o uso das tecnologias e ferramentas de comunicação popular. Assim, buscou-se ampliar a discussão sobre a comunicação como um



direito humano assegurado, fundamental para a construção de uma sociedade mais justa, combatendo a desinformação e a criminalização dos coletivos e movimentos sociais, povos originários e comunidades tradicionais.

O Grupo REC participou da Jornada como parceiro na construção coletiva de um projeto de comunicação comunitária e alternativa, por meio da abordagem educ comunicativa (Soares, 2011; 2018), com atividades que foram além da produção comunicativa coletiva, adotando o afeto como combustível orgânico. A cada visita aos territórios, as relações com as comunidades e as expressões de sentimentos e sentidos revelaram a urgência e a importância da comunicação dialógica (Freire, 2006a) e do sentido de comunidade do afeto (Paiva, 2012), como lugar de múltiplas formas de trocas de mensagens, de conexões entre os sujeitos e no modo de fazer e pensar a comunicação em e pela coletividade, com um objetivo nítido: estar todas e todos pela Casa Comum. Por isso, escolhemos a educ comunicação, para que os ecossistemas comunicativos das comunidades e povos fossem fortalecidos em uma lógica distinta da atividade informativa tradicional, com um ideal de relações que se constroem a favor do diálogo social, considerando também as potencialidades dos meios de comunicação e de suas tecnologias (Soares, 2011), o que vai ao encontro dos objetivos da Jornada Regional de Educomunicação.

Expomos, neste texto, a estratégia do Grupo REC nas comunidades, alicerçada na perspectiva de que somos sujeitos fazedores da nossa própria história e de que podemos anunciá-la, por meio da comunicação, como forma de materializar nossas relações com o mundo e com os outros. Para isso, nosso relato de experiência encontra amparo nos escritos de Paulo Freire (1971, 1997a, 2006a, 2006b), Jesús Martín-Barbero (2014; 2021) e Ismar Oliveira Soares (2011; 2018), relacionando-os aos dados empíricos referentes à ação denominada Estúdio-Floresta, que culminou na produção e divulgação de nove podcasts sonoros dos sujeitos participantes da Jornada.

CONTEXTUALIZAÇÃO DAS PAISAGENS VISITADAS

Falamos da Amazônia rondoniense, na porção sul-ocidental do bioma, que abriga 1.581.196 habitantes (IBGE, 2022), residentes em 52 municípios, em uma região com forte apelo ao agronegócio, na proximidade de territórios da agricultura familiar, dos povos indígenas e das comunidades tradicionais, em meio a conflitos pela expansão dos latifúndios (Silva; Michalski, 2020).

As comunidades por onde a Jornada Regional de Educomunicação passou revelam fortes traços da exploração e da opressão colonizadora. Em parte desses territórios, estão sujeitos que vivem a cultura do silêncio, marcados pela passividade interiorizada no oprimido pelo opressor, que moldou sua consciência (Martín-Barbero, 2014).

Machadinho do Oeste, com 30.707 habitantes (IBGE, 2022), foi o município da primeira visita (Figura 2). O local apresenta crescente número de ocorrências de extração ilegal de madeira, sendo parte dessa exploração realizada em Reservas Extrativistas, como Castanheira e Piquiá, que somam 8.129 hectares de exploração madeireira (ImaFlora, 2023).

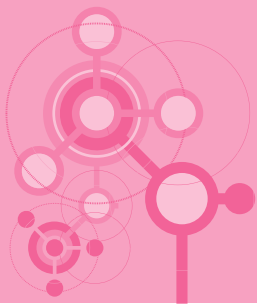


Figura 2: Conhecendo a Castanheira, Resex Castanheira, Machadinho do Oeste, Rondônia



Fonte: Grupo REC (2024).

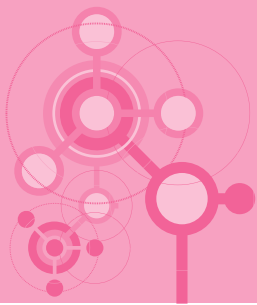
A segunda comunidade visitada (Figura 3) está localizada na Reserva Extrativista do Rio Ouro Preto, em Guajará-Mirim, município com 39.387 habitantes (IBGE, 2022). O território, com 204.583 hectares, é considerado o maior bloco de área protegida do estado de Rondônia e sofre com desmatamentos e queimadas ilegais para a expansão de pastagens destinadas à criação de gado (Pontes; Farias; Do Val, 2022). Na região, permanecemos na Comunidade do Pompeu, base estratégica para pesquisa e socialização com as pessoas residentes, com apoio do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio).

Figura 3: Atividades de educomunicação socioambiental, Resex do Rio Ouro Preto, Guajará-Mirim, Rondônia



Fonte: Grupo REC (2024).

O último local visitado foi a Aldeia Aperi (Figura 4), do povo indígena Puruborá, localizada no município de Seringueiras, com 11.177 habitantes (IBGE, 2022). O local é alvo constante da deriva de agrotóxicos, lançados na época das chuvas do inverno amazônico nas lavouras de soja da região. Os impactos sofridos vão desde a mortandade de peixes até a contaminação das lavouras da agricultura familiar, além de danos causados à saúde da comunidade local (Silva, 2024). Os



Puruborá, junto com os povos da BR-319, Migueleno e Kujubim, também mantêm sua luta pela reivindicação da demarcação de seu território há mais de 23 anos, sem respostas do Estado.

Figura 4: Atividades de integração, Aldeia Aperoi, Seringueiras, Rondônia



Fonte: Grupo REC (2024).

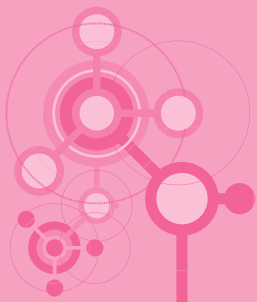
Fizemo-nos presentes em uma jornada de abertura à escuta ativa, ao (re)conhecimento dos locais e de seus seres vivos, e à troca genuína de diálogos em favor da preservação dos territórios e dos saberes locais. Imergimos em cada comunidade, com atividades alternadas envolvendo arte e interculturalidade, por meio da educomunicação, em forma de desenhos, fotografias e sons.

Nestes locais, abraçamos o invisível, escutamos as águas, nadamos na névoa, sussurramos com os ventos e aprendemos com a castanheira a transver o mundo, com olhos, memória e imaginação inspiradas no saber ancestral. Assumimos esse “transver” (Barros, 2000), apreendendo que a comunicação existente naquelas paisagens também é refletida nos olhares que percebem o mundo considerando o que já existiu, o que existe e o que existirá a partir do que podemos transformar em coletividade. Ou seja, vemos com os olhos, revemos com a memória e podemos transver com a imaginação, com a lupa de uma transformação para além do que a realidade nos impõe como pessoa sozinha à mercê das determinantes do capitalismo (Antunes, 2013), porque não estamos sozinhos e não somos seres isolados no mundo (Freire, 2006a).

Nosso “transver” remete à esperança de um *quefazer* que constrói, que movimenta e segue adiante em comunhão: é esperar (Freire, 1997a), que não apenas espera, mas anuncia e denuncia, com a compreensão de que a palavra utópica deve ser dita na luta, também no campo das narrativas, na batalha cultural, nas relações sociais, na comunicação e na ação contra as injustiças.

ESTRATÉGIAS DO ESTÚDIO-FLORESTA DA AMAZÔNIA RONDONIENSE

Na Amazônia rondoniense, as lutas pela terra, pela água e pelas florestas são por direitos negados — são das pessoas invisibilizadas por projetos de expansão do capital. A luta é por uma cidadania em ação, no contexto do consumo e das globalizações, que abrange também a cultura, com suas práticas sociais que dão sentido de pertencimento aos sujeitos e que compreendem o ser cidadão para além do contexto do direito à igualdade, mas também às diferenças, num movimento de reconfiguração das práticas e demandas sociais (Canclini, 2005).



Nas visitas aos territórios, que se transformaram em potentes espaços de inter-relações de afeto e coexistências, confirmamos o sentido de uma natureza como fenômeno não linear, assim como nos ensinam as sabedoras e os sabedores das comunidades tradicionais, os povos originários, as extrativistas e os extrativistas, as juventudes da terra, das águas e das florestas, as quilombolas, as camponesas e os camponeses, a partir da vida que há na terra, no céu, nos ventos e na chuva. E, como nos explica Capra (1996), em não linearidade. Isto é, sem uma receita pronta para o diálogo.

Nesses espaços, o contexto da comunicação e das elaborações de conteúdo não atende a normas — nem mesmo às que se rendem à expansão do capital —, pois, naqueles territórios, há vidas simples e complexas, relações e expressões históricas não lineares. É necessário fruir e fluir com e por quem está nessas paisagens, no tempo desses seres viventes, na cadência de como aquele espaço flutua ou paira para prosseguir sua realimentação e possível repetição.

Este é um espaço em que os sujeitos estão com o mundo e com os outros (Freire, 2006b), para que a ação dos oprimidos, em sua relação com todas e todos, transforme a realidade e construa uma outra história, a partir da reflexão desses mesmos oprimidos. É neste mundo, nessas determinantes de opressão, que está o lugar para a transformação.

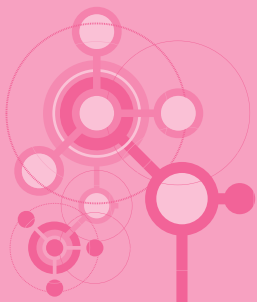
Pedimos permissão a quem lá vive e protege seus territórios e ousamos, coletivamente, fazer desses lugares o espaço de eco dos anúncios e denúncias (Freire, 1997b) populares. Somado à amplificação da voz pelo microfone, estava o canto do urutau; aliado ao gravador digital, estava a memória sonora diante do momento em que o grosso tronco caiu no rio; no lugar da música pronta, escolhemos o vento e seus assobios. Sem profissionais em busca da pergunta sagaz, sem estranhas e oportunistas narrativas sobre o lugar, sem limites ou *deadline* para se expressar. Estava pronto o nosso Estúdio-Floresta.

Esta foi a estratégia final de uma Jornada cheia de vidas, histórias, cores, traços e estradas percorridas durante oito meses de relações e expressões para cidadanear. As relações, como forma de apreender que o outro e a outra são parte do nosso fazer histórico, pois

a partir das relações do homem com a realidade, resultantes de estar com ela e de estar nela, pelos atos de criação, recriação e decisão, vai ele dinamizando o seu mundo. Vai dominando a realidade. Vai humanizando-a. Vai acrescentando a ela algo de que ele mesmo é o fazedor. Vai temporalizando os espaços geográficos. Faz cultura. E é ainda o jogo destas relações do homem com o mundo e do homem com os homens, desafiado e respondendo ao desafio, alterando, criando, que não permite a imobilidade, a não ser em termo de relativa preponderância, nem das sociedades nem das culturas. E, na medida em que se cria, recria, decide, vão se conformando as épocas históricas. E também criando, recriando e decidindo que o homem deve participar destas épocas (Freire, 1971, p. 43).

E, nesses atos, nessas criações e recriações, confirmam-se as relações para além de nós mesmos, transcendendo e nos projetando na outra e no outro, reconhecendo nossas diferenças e alianças, e partindo para as expressões apreendidas como ato de reverberação dessas relações — expondo as ideias, trocando experiências, manifestando nossas críticas e tornando pública a relação de fruição na coletividade. É uma relação que estimula a palavra a gerar outras palavras, outros sentidos, a partir do modo como apreendemos o que está para além de nossas expectativas, tornando-as operações expressivas (Martín-Barbero, 2014).

Na soma das relações com as expressões, entendemos que o direito e a justiça encontram, na cidadania em movimento, a sua forma de materialização. É o cidadanear, como verbo revolucionário, que corre em direção à coletividade, com o “com” de comunidade, de estar por algo para além de nós mesmos. É uma dinâmica que envolve o ato inclusivo do ser, pois



Não se cidadaneia, ou cidadania para, o, a, de. A intransitividade lhe cabe bem: eu cidadaneio, nós cidadaneamos, isto é, fincamos os pés no espaço dignificado pela vida. Nesse aspecto verbal, os pronomes pessoais adquirem um lugar que lhes pertence e o morfema/fonema se realiza como totalidade, de algum modo próximo à asserção: eu sou cidadão, eu sou cidadã. [...] Ao se pensar em um suposto verbo derivado de cidadania, ocorre a não transitividade habitual, embora aberta para um ato inclusivo. É possível cidadanear com [...] (Alves, 2021, p. 44).

Neste sentido, são consideradas as vivências e experiências dos sujeitos — e entre eles — nas práticas comunicativas, pois essas fazem parte do fazer comunicativo e do movimento da cidadania (Conde; Melo, 2023); uma cidadania sem linearidade, com o objetivo de existir, ser e estar posta como palavra anunciada e como elemento que nos faz viver, respirar e reverberar, no infinitivo importante para trilhar o caminho junto, com e em coletividade.

Em nossa ação, o Estúdio-Floresta se materializou em um espaço que tem como teto o céu, misturado às copas das árvores, que também se transformam em móveis para isolamento acústico, os rios como corredores e o canto dos seres vivos das matas como trilha musical dos anúncios e denúncias dos sujeitos participantes da atividade sonora.

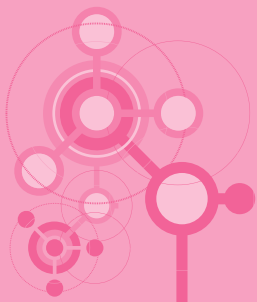
A abordagem para essa trilha comunicativa se deu por meio da educomunicação, com a proposta de fazer com que os sujeitos das comunidades se sentissem mais do que colaboradores na construção de uma pauta, mas produtores, fazedores das peças comunicacionais com anúncios e denúncias (Freire, 1997b) sobre suas lutas e territórios, na compreensão de que somos sujeitos pensantes que pensamos com a co-participação de outros sujeitos, num “pensamos” (Freire, 2006a, p. 66).

ESTRATÉGIAS PARA CIDADANEAR ¹ NO ESTÚDIO-FLORESTA

Ao partir da premissa de que a comunicação deve ser acessada e acessível para todas e todos, o Grupo REC, a convite do Coletivo de Jovens dos Povos e Comunidades Tradicionais de Rondônia, propôs atividades de (re)conhecimento dos territórios por meio de três formatos: fotografia do ambiente, que consistia na captura de imagens das paisagens, pessoas e demais seres vivos com os quais nos relacionávamos no decorrer das visitas guiadas nos territórios; elaboração de desenhos, pinturas e/ou colagens manuais em cartolina, para que as expressões sobre o que se via e (re)conhecia nas visitas pudessem ganhar forma visual, isto é, a materialização do que se expressava na oralidade para visualização no papel; e, por fim, a produção de uma entrevista sonora — podcast — como forma de materializar o diálogo entre os sujeitos participantes, com informações sobre seus territórios, suas angústias, dúvidas, anseios, denúncias e expressões culturais.

Ao analisar essa ação, recordamos Kaplún (1985) e seu método Cassete-Fórum, que consistia em gravar falas de uma determinada comunidade em fitas K7 e levá-las a outros grupos, como forma de compartilhar o que acontecia em cada local. Um exercício de democratização do acesso à informação que, hoje, é realizado, em certa medida, pelas redes sociais, tendo, no caso da Jornada em questão, a compreensão de que essa forma democrática de comunicação deve começar e terminar no diálogo participativo do pequeno grupo local. Foi assim que tentamos realizar a atividade que, depois de realizada, ganhou espaço no mundo digital.

¹ Nossa cidadania em ação, de Alves (2021) – explicação da autora.



Era final de janeiro de 2025. Por três dias, estivemos na Aldeia Aperi, território indígena Puruborá, o povo das onças. Participaram 60 pessoas da fase final da *Jornada Regional de Educomunicação: somos as vozes da terra, água e florestas*, com o objetivo de reverberar a síntese das demandas de diferentes comunidades ali representadas. Relações de textura dialógica que colocam o “eu [que] só se torna real na reciprocidade da interlocução [...]”, isto é, no diálogo que se tece na abertura ao outro e descobre “na trama de nosso próprio ser a presença dos laços sociais que nos sustentam” (Martín-Barbero, 2014, p. 33).

O Estúdio-Floresta foi montado nessa lógica dialógica, embaixo de grandes e frondosas árvores, para uma relação do outro com o outro e destes com a natureza. Equipado com a maquinaria de captura de som do Grupo REC e do Laboratório Multimídia Didático-Pedagógico, do Núcleo de Ciências Humanas da Unir: dez notebooks, dois microfones condensadores articulados e dez grupos engajados no *quefazer* educomunicativo sonoro naquele espaço.

No período anterior àquela comunicação dialógica mediatizada, houve uma oficina de facilitação de roteiro para entrevista. Essa atividade foi importante para que as pessoas participantes apreendessem o sentido da lógica de um diálogo possível (Medina, 2008) e, assim, organizassem suas ideias acerca das pautas a serem materializadas por meio da oralidade, que lança na palavra a sua consciência que vem da ação — da palavra que “desenha a utopia que as mãos constroem” (Martín-Barbero, 2014, p. 20).

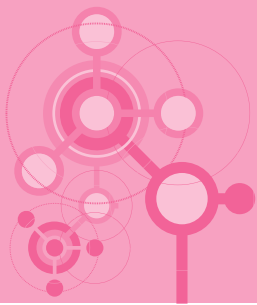
A oficina básica de introdução sobre o contexto do roteiro estimulou esses sujeitos a refletir e se organizar para, depois, próximos de seus territórios, ocuparem espaços também na mídia tradicional e, assim, conseguir reverberar anúncios e denúncias não apenas em suas redes sociais, em “suas bolhas”, mas também para outros públicos, quando houvesse oportunidade, ocupando espaços e ultrapassando brechas e frestas da comunicação hegemônica. Infere-se que compreender a dinâmica da pauta e da sistematização de informações, perguntas e gravações auxilia no processo de luta nas trincheiras dessa comunicação alternativa, entendendo os meios de comunicação como meios de produção, que consideram variações históricas, forças produtivas e relações sociais (Williams, 2011).

Em uma grande roda de diálogos (Figura 5), as pessoas participantes expressaram suas pautas, ora com denúncias sobre a exploração da natureza e dos sujeitos, ora com anúncios sobre as formas de combate e enfrentamento às mazelas da expansão do capitalismo, com engajamento coletivo.

Figura 5: Rodas de diálogos para construção dos produtos sonoros, Aldeia Aperi, Seringueiras, Rondônia



Fonte: Grupo REC (2025).



A definição dos temas foi feita a partir da afinidade entre as pessoas participantes da grande roda de diálogo. Por exemplo: quando a pauta mencionada foi sobre a demarcação dos territórios indígenas, os sujeitos interessados e que vivenciam essa realidade se juntaram para discutir o que falariam na produção sonora, sendo apontadas denúncias sobre a invasão dos territórios e a demora na demarcação das terras indígenas dos povos Puruborá, Migueleno e Kujubim, na região da BR-319, próximo a Seringueiras, interior de Rondônia.

Outro tema levantado na roda foi sobre a concessão da hidrovia do Rio Madeira, assunto que reuniu um grupo de pessoas ribeirinhas que construíram um roteiro sobre os impactos negativos desse empreendimento às margens das comunidades de Calama, Bom Será, Aliança, São Carlos e demais povoados no Baixo e Médio Madeira. Alguns participantes da grande roda eram praticantes de capoeira e decidiram se reunir para a elaboração de uma entrevista sonora sobre os benefícios da capoterapia para os mais idosos, já que o mestre presente na *Jornada Regional de Educomunicação* realizava esse tipo de atividade em seu território de origem, no Vale do Anari (RO).

Em outra pauta, sobre povos de terreiro, jovens de uma comunidade praticante de religiões de matrizes africanas abordaram o tema da discriminação religiosa, construindo um roteiro descontraído e didático.

Com a definição dos temas, foram organizadas as gravações, realizadas em grupos, com pessoas produtoras, roteiristas e duplas de diálogo, em uma conversa com trocas de informações sobre as pautas discutidas previamente. Essa construção demonstrou a forma de comunicação dialógica entre as pessoas participantes, com a prática do pensar junto, considerando que o que afeta uma pessoa acaba afetando a outra também. A construção da narrativa se tornou, portanto, um elemento de luta conjunta, coletiva, não apenas de quem expressa sua denúncia, mas também de quem ouve, reconhece, acolhe e soma na reverberação — no eco da voz popular na produção sonora. É o uso da linguagem como forma de expressão que ultrapassa a lógica da função do discurso, mas que faz existir a significação daquela luta.

As gravações se deram em dois dias (Figura 6), período em que os sujeitos comunicantes, ao se sentirem à vontade, aproximavam-se do Estúdio-Floresta e recebiam informações técnicas sobre o procedimento da oralidade mediatizada, sempre realizado de forma coletiva, com apoio de integrantes do Grupo REC. As gravações sonoras foram feitas com o uso do *software* Audacity que, depois de editadas e com inserção de trilhas musicais produzidas na própria Jornada pelas juventudes, foram publicadas nas redes sociais e em plataformas de áudio: @rec.unir (Instagram); Canal REC Unir (Youtube), na *playlist* podcast 321 REC; e no perfil 321 REC (Spotify).

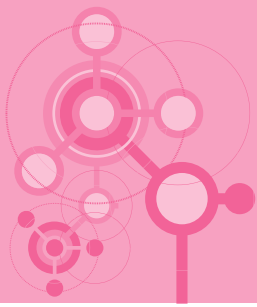


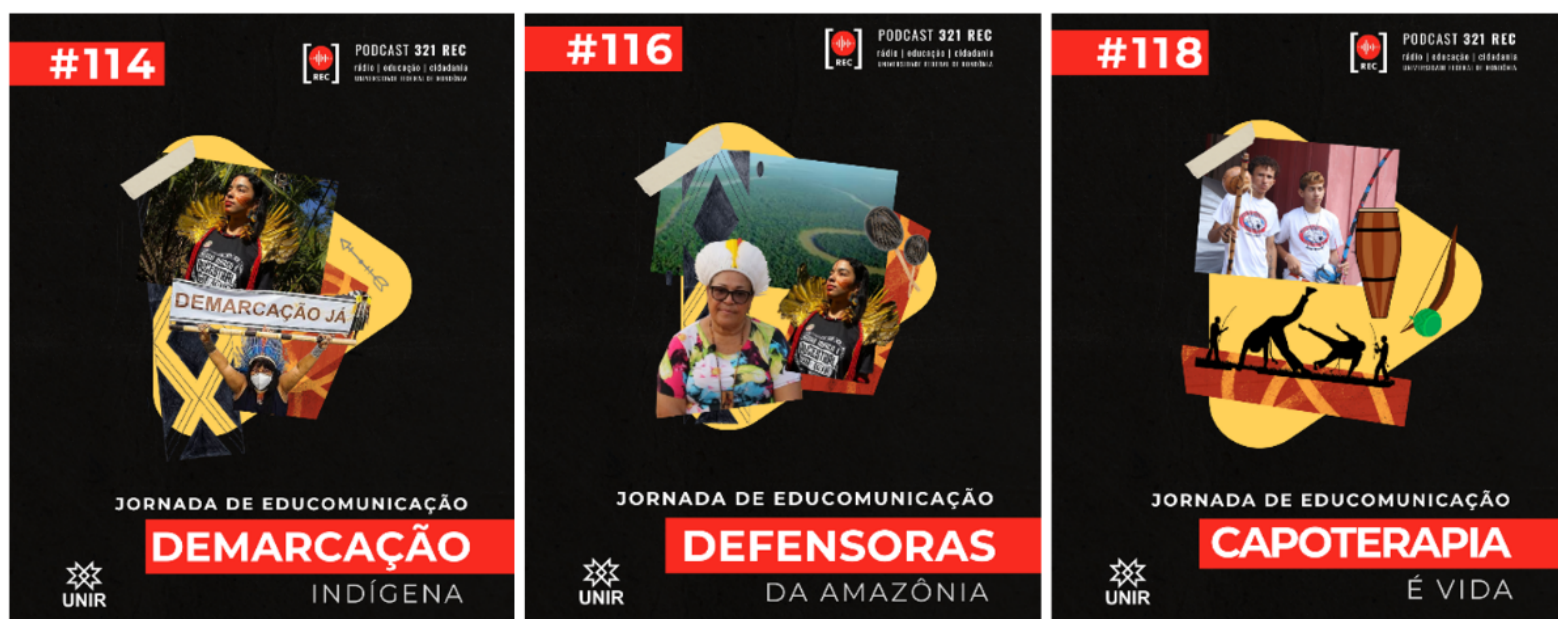
Figura 6: Gravações no Estúdio-Floresta, Aldeia Aperoí, Seringueiras, Rondônia



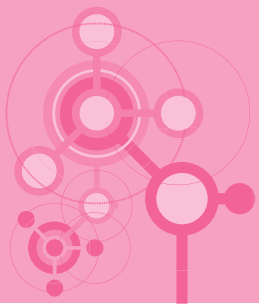
Fonte: Grupo REC (2025).

Das gravações surgiram diálogos mediatizados, transformados em nove episódios temáticos da série intitulada *Jornada de Educomunicação* (Figura 7), sendo eles sobre: povos de terreiro, demarcação dos territórios indígenas, defensores dos territórios, trabalho escravo, contaminação por agrotóxicos, trabalho nas reservas extrativistas, concessão da hidrovia do Rio Madeira, capoterapia e educação tecnológica no Baixo Madeira. Os temas dialogam com a preocupação desses povos e comunidades sobre como a natureza, os direitos e a dignidade socioambiental estão sendo atacados pelo Estado, anunciando e denunciando esse grito por meio de suas vozes coletivas.

Figura 7: Capas dos episódios da série Jornada de Educomunicação



Fonte: Grupo REC.



Os episódios revelam um diálogo orgânico, com falas referentes ao cotidiano de enfrentamentos desses sujeitos diante das dificuldades e da falta de materialização dos direitos em seus territórios, como a ausência de políticas públicas para a arte e preservação da cultura dos sujeitos das comunidades, apoio à saúde nos territórios, a demora na demarcação das terras indígenas e a exploração de recursos naturais das unidades de conservação sem fiscalização do poder público.

São narrativas de suas vivências cotidianas que revelam as relações e expressões dos sujeitos com as realidades que querem transformar, como, por exemplo, o fim da discriminação das pessoas ligadas às religiões de matriz africana; o pedido de consideração dos povos ribeirinhos quando o Estado decide sobre processos de implantação de empreendimentos fluviais que afetam diretamente suas vidas, economia e cultura; expressões dos povos indígenas sobre como se sentem relegados pelo poder público, sem qualquer resposta acerca da demarcação de suas terras e da proteção dos territórios e florestas; e expressões das vivências dos sujeitos ameaçados por jagunços, especialmente quando denunciam e lutam pelo fim do uso e abuso dos agrotóxicos em terras próximas das comunidades de agricultura familiar e agroecologia, que sofrem com a deriva do veneno despejado por aviões monomotores e por grandes máquinas pulverizadoras terrestres, conhecidas como “besourões”.

Essas são realidades modificadas pela lógica da expansão de um sistema que desconsidera os saberes anteriores e populares, em nome de um desenvolvimento que silencia, a favor de uma prática de incomunicação (Martín-Barbero, 2014), que aniquila o sujeito.

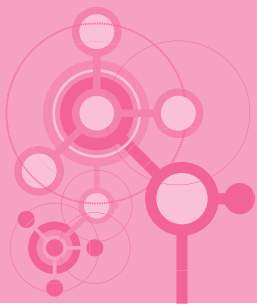
CONSIDERAÇÕES POSSÍVEIS

O Estúdio-Floresta foi uma atividade que priorizou a comunicação dialógica e o modo de relações e expressões dos sujeitos participantes da *Jornada Regional de Educomunicação*, considerando a abordagem educomunicativa como facilitadora do fortalecimento do ecossistema comunicativo (Soares, 2011) nos territórios visitados.

Não se trata de uma ação imposta para a transformação, mas de uma opção coletiva pelo uso da palavra, como elemento de reverberação de anúncios e denúncias (Freire, 1997b) dos sujeitos em constante luta por seus territórios. Trata-se de uma luta desigual, em que a comunicação se revela como instrumento necessário para que as narrativas sejam ecoadas pelas vozes de quem vive, movimenta e constrói suas próprias histórias.

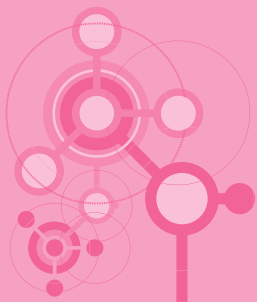
Além de todo o processo de vivência e coexistência nas visitas aos territórios, as produções sonoras resultantes da Jornada evidenciam a urgência de estarmos constantemente envolvidos no trabalho em comunidade, em coletividade, com o objetivo de combater a cultura do silenciamento e de estimular a expressão perene dos sujeitos, considerando as tecnologias de comunicação e informação como instrumentos de reprodução em favor da Casa Comum, e não o contrário, como acontece com a indústria da desinformação e da incomunicação (Martín-Barbero, 2014).

Desejamos que as produções sonoras alcancem os ouvidos de quem contribui para a promoção da transformação e, assim, some forças para um cidadanear revolucionário e concreto para as comunidades e povos da Amazônia rondoniense, no lançamento da palavra geradora como constante ativadora de novos sentidos para reinventar o presente e construir o futuro.



REFERÊNCIAS

- ALVES, L. R. Cidadanear: uma gramática revolucionária. In: SILVA, D. T. et al. (org.). *Comunicação para cidadania: 30 anos em luta e construção coletiva*. 1 ed. São Paulo: Intercom e Gênio Editorial, 2021. p. 43-76.
- ANTUNES, R. *Os sentidos do trabalho: ensaio sobre a afirmação e negação do trabalho*. Coimbra: CES/Almedina, 2013.
- BARROS, M. As lições de R. Q. In: BARROS, M. *Livro sobre nada*. Rio de Janeiro: Record, 2000.
- CANCLINI, N. G. *Consumidores e cidadãos: conflitos multiculturais da globalização*. 5. ed. Rio de Janeiro: EdUFRJ, 2005.
- CAPRA, F. *A teia da vida*. São Paulo: Cultrix, 1996.
- CONDE, E. I. L. M.; MELO, A. A. C. 3, 2, 1 REC: estudo e produção coletiva de comunicação sonora para a cidadania. In: SOARES, I. O. (org.). *Educomunicação e educação midiática nas práticas sociais e tecnológicas pelos direitos humanos e direitos da terra*. São Paulo: Associação Brasileira de Pesquisadores e Profissionais em Educomunicação, 2023.
- EXPLORAÇÃO madeireira não autorizada em Rondônia em 2022 teve aumento significativo em relação a 2021. *ImaFlora*, 2023. Disponível em: <https://imaflora.org/noticias/exploracao-madeireira-nao-autorizada-em-rondonia-em-2022-teve-aumento-significativo-em-relacao-a-2021>. Acesso em: 10 mar. 2025.
- FREIRE, P. *A pedagogia do oprimido*. São Paulo: Paz e Terra, 2006b.
- FREIRE, P. *Denúncia, anúncio, profecia, utopia e sonho*. Brasília, DF: Senado Federal, 1997b. Disponível em: <https://acervo.paulofreire.org/items/fc8a7ad8-c695-4fd4-9a99-cbe111805a75>. Acesso em: 10 mar. 2025.
- FREIRE, P. *Educação como prática da liberdade*. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1971.
- FREIRE, P. *Extensão ou comunicação?* 13. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2006a.
- FREIRE, P. *Pedagogia da esperança: um reencontro com a pedagogia do oprimido*. São Paulo: Paz e Terra, 1997a.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). *Rondônia: panorama*. 2022. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ro/panorama>. Acesso em: 4 jun. 2025.
- KAPLÚN, M. *El comunicador popular*. Quito: CIESPAL, 1985.



MARTÍN-BARBERO, J. *A comunicação na educação*. São Paulo: Contexto, 2014.

MARTÍN-BARBERO, J. *Dos meios às mediações: comunicação, cultura e hegemonia*. 8. ed. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2021.

MEDINA, C. *Entrevista: o diálogo possível*. São Paulo: Ática, 2008.

PAIVA, R. Novas formas de comunitarismo no cenário da visibilidade total: a comunidade do afeto. *MATRIZES*, São Paulo, v. 6, n. 1-2, 2012. Disponível em: <https://revistas.usp.br/matrizes/article/view/48050>. Acesso em 4 jun. 2025.

PONTES, F.; FARIAS, E.; DO VAL, K. Rondônia devastada. *Unidades de conservação no Brasil*, 2022. Disponível em: <https://uc.socioambiental.org/pt-br/noticia/216166>. Acesso em: 30 abr. 2025.

SILVA, C. H. Denúncia: sofrendo ameaças na luta pelo território, povo indígena Puruborá exige providências diante da pulverização aérea de agrotóxicos. *CPT Nacional*, 2024. Disponível em: <https://cptnacional.org.br/2024/01/19/denuncia-agrotoxicos-rondonia/>. Acesso em: 4 jun. 2025.

SILVA, R. G. C. Amazônia globalizada: da fronteira agrícola ao território do agronegócio: o exemplo de Rondônia. *Confins: Revista Franco-Brasileira de Geografia*, Paris, v. 23, p. 1-30, 2015. Disponível em: <http://confins.revues.org/9949>. Acesso em: 4 jun. 2025.

SILVA, R. G. C.; MICHALSKI, A. A caminho do Norte: cartografia dos impactos territoriais do agronegócio em Rondônia (Amazônia ocidental). *Confins: Revista Franco-Brasileira de Geografia*, Paris, n. 45, 2020. Disponível em: <https://journals.openedition.org/confins/28017#tocto2n1>. Acesso em: 10 mar. 2025.

SOARES, I. O. Educomunicação, paradigma indispensável à renovação curricular no ensino básico no Brasil. *Comunicação & Educação*, São Paulo, v. 23, n. 1, p. 7-24, 2018. DOI: 10.11606/issn.2316-9125.v23i1p7-24. Disponível em: <https://revistas.usp.br/comueduc/article/view/144832>. Acesso em: 9 abr. 2025.

SOARES, I. O. *Educomunicação: o conceito, o profissional, a aplicação: contribuições para a reforma do ensino médio*. 3. ed. São Paulo: Paulinas, 2011.

WILLIAMS, R. *Cultura e materialismo*. São Paulo: EdUnesp, 2011.

Artigo recebido em 06/06/2025 e aprovado em 22/09/2025.